

# INTERVENÇÃO DOS ATORES INTERNACIONAIS NO SETOR EDUCATIVO GUINEENSE

Adenauer Marcos da Costa<sup>1</sup>

Joana D'arc de Sousa Lima<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente artigo propõe avaliar as contribuições dos atores internacionais privados na educação guineense. Depois da independência, a Guiné-Bissau não conseguiu financiar uma proposta de qualidade educacional, por falta de recursos financeiros e alguns problemas políticos internos que ocorreram ao longo do tempo. Para tal investigação, recorre-se da pesquisa qualitativa de caráter teórico-bibliográfico e da análise documental. Analisamos a Lei de Bases do Sistema Educativo (LDBSE) e relatórios de algumas organizações internacionais. As parcerias feitas entre o Estado da Guiné-Bissau e os atores internacionais privados no âmbito da educação têm contribuído bastante para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem no setor de ensino básico, uma vez que notamos uma expansão do ensino básico para todas as regiões do país, além do envolvimento constante destes agentes na capacitação dos professores, inspetores da educação, diretores regionais da educação e subdiretores. O aumento das escolas; a reforma de antigos edifícios escolares, fornecimento de água potável, distribuição de materiais didáticos para alunos e os profissionais da educação estão entre as ações desenvolvidas pelos atores internacionais privados. Resta ainda indagar qual é a contrapartida desses agentes no processo de intervenção nas ações, projetos e na infraestrutura na educacional nacional na Guiné-Bissau.

**Palavras-chave:** Educação; Guiné-Bissau; Intervenções Internacionais.

**Abstract:** This paper proposes to evaluate the contributions of private international actors in Guinean education. After independence, Guinea-Bissau was not able to finance a proposal of educational quality, due to lack of financial resources and some internal political problems that occurred over time. For this investigation we resorted to qualitative research of a theoretical and bibliographical nature and document analysis. We analyzed the Basic Law of the Educational System (LDBSE), and reports from some international organizations. The partnerships made between the State of Guinea-Bissau and international private actors in the field of education have contributed greatly to the improvement of the teaching and learning process in the basic education sector, since we have noticed an expansion of basic education to all regions of the country, in addition to the constant involvement of these agents in the training of teachers, education inspectors, regional directors of education, and sub-directors. The expansion of schools; renovation of old school buildings; provision of drinking water; distribution of teaching materials to students and education professionals are among the actions undertaken by the international private actors. It remains to investigate what is the counterpart

---

<sup>1</sup> Discente do curso de licenciatura em Pedagogia pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). O artigo foi aprovado no dia 24/08/2021.

<sup>2</sup> Orientadora. Doutora em história pela universidade UFPE.

of these agents in the process of intervention in the actions, projects and infrastructure in the national educational system in Guinea-Bissau.

**Keywords:** Education; Guinea-Bissau; International Interventions.

## 1. INTODUÇÃO

Oficialmente, a República da Guiné-Bissau se situa na Costa Ocidental da África. Ao Norte, é limitada pela República de Senegal; ao Sul e Leste, pela República da Guiné-Conacri e, ao Oeste, pelo Oceano Atlântico. O país conta com uma superfície total de 36,125km<sup>2</sup>. Tornou-se independente do domínio colonial português em 24 de setembro de 1973. Este país de pequena dimensão territorial conta com uma população total estimada em um milhão e quinhentos mil (1.500.000), de acordo com o último senso feito em 2009 pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). A Guiné-Bissau é integrante da União Africana (UA), da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

O presente trabalho propõe avaliar as contribuições dos atores internacionais privados na educação guineense. Desde os primeiros anos da independência, o país recebeu várias ajudas externas na área da educação. “Os suecos, que desde a independência eram os principais doadores, retiraram-se definitivamente nos finais dos anos noventa. Seguiu-se a cooperação holandesa” (GOMES, 2014, p.03). Depois da independência, a Guiné-Bissau não conseguiu financiar uma proposta educacional por falta de recursos financeiros e alguns problemas internos que vieram ao longo do tempo.

O campo educativo nos primeiros anos da independência era considerado como um ponto crucial para os dirigentes do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), quando o Banco Mundial pressionou o país a terminar com o regime de partido único e entrar no sistema democrático, a educação começou a perder o seu espaço. Os créditos concedidos à Guiné-Bissau para o campo da educação têm ajudado nas reformas de infraestruturas e nos equipamentos, assim como os materiais escolares: material didático, manuais e a formação de professores e, excepcionalmente, o pagamento de salários em atraso. O Banco Mundial (BM) atua mais no Ensino Básico, apoiando o projeto *Fikidja*<sup>3</sup>, tutelado pelo Ministério da Educação. No início do ano de 1990, o Banco Mundial desempenhou um importante papel na política social guineense, especificamente no setor da educação.

---

<sup>3</sup> Base, alicerce, pilar, eixo, apoio.

Para tal investigação, recorre-se a uma pesquisa qualitativa de carácter teórico-bibliográfico e análise documental. Analisamos a Lei de Bases do Sistema Educativo (LDBSE) e relatórios de algumas organizações internacionais. As parcerias feitas entre o Estado da Guiné-Bissau e as agências privadas internacionais, no âmbito da educação, têm contribuído significativamente nas melhorias das infraestruturas educacionais relativas ao Ensino Básico de qualidade e na campanha da expansão do Ensino Básico para todas as regiões e, também, no que se refere à capacitação dos professores, inspetores da educação, diretores regionais da educação, sub-diretores e na distribuição de materiais didáticos para os estudantes, e para os profissionais da educação, além do aumento do número de escolas, nos investimentos nas reformas de antigos edifícios escolares, entre outras melhorias.

Percebe-se que estas cooperações no setor educativo ajudam o país no desenvolvimento do ensino básico. Embora mesmo com essas relações de parcerias, o país ainda precisa de investir muito nesta área para poder alcançar os objetivos de Desenvolvimento do Milênio<sup>4</sup>. O orçamento para o setor educativo deve ultrapassar a barreira para pagar somente as dívidas com os professores e seus salários. No Orçamento Geral do Estado do ano 2021, foi destinado cerca de 8,86% para o setor da educação, que pode ser considerado como uma porcentagem muito baixa.

O artigo está organizado em sete seções, incluindo a introdução e a conclusão. A primeira seção trata da elaboração de Lei de Bases do Sistema Educativo (LDBSE). Na sequência, a segunda aborda sobre a caracterização do sistema educativo guineense desde o pré-escolar até o ensino superior. A terceira fala da situação econômica e crises políticas ocorridas no país desde a independência até nos dias de hoje. A quarta parte apresenta agências que atuam no setor educativo guineense desde o período da independência e pós-independência e suas contribuições para este setor, o caso do Banco Mundial (BM), Programa Alimentar Mundial (PAM) e Fundação Fé e Cooperação FEC.

## **2. Processo da construção da Lei de Bases do Sistema Educativo (LDBSE)**

Antes de adentrar propriamente na temática em relação à organização da educação em Guiné-Bissau, pretendo contextualizar, de maneira sumária, sobre a construção da Lei de Bases

---

<sup>4</sup> Acabar com a fome e a miséria; promover uma educação com o ensino básico universal; promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde das gestantes; combater o HIV/aids, a malária e outras doenças; garantir a sustentabilidade com qualidade de vida; estabelecer uma Parceria Mundial para o Desenvolvimento. Foram objetivos estabelecidos após a Cúpula do Milênio das Nações Unidas em 2000.

(LDB). A elaboração do documento que regula o sistema educativo guineense começou em 2009 e foi aprovado na Assembleia Nacional Popular (ANP) no ano de 2010, respectivamente no governo de Carlos Gomes Júnior, mais conhecido por Cadogo Filho<sup>5</sup>.

A elaboração da LDB começou nos anos 1990, no momento que o país começou a aderir ao sistema democrático, saindo do regime do partido único em que o país viveu desde a sua independência (1973). De acordo com Lopes (2014), o processo da idealização da LDB iniciou-se em 1991, foi neste período que o Estado guineense aboliu o sistema do partido único (PAIGC) e aderiu um regime pluripartidário.

Quase duas décadas depois, o governo guineense se voltou mais sobre o debate da LDB devido à pressão das organizações sub-regionais e internacionais em que o país faz parte, no caso da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDAO), União Económica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA), Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI) e entre outras organizações ameaçando não disponibilizar as verbas destinadas para o setor educativo e da sua saída nestas organizações na CEDAO e na UEMOA. A partir do momento que o país foi ameaçado, os deputados da nação voltaram a discutir sobre a proposta anterior da criação de uma LDB, durante o período entre 2009/ e 2010, sendo estes anos marcados pela elaboração da nova proposta da LDB, 2009/2010 e, simultaneamente, o país enfrentou uma crise política e institucional.

Durante o ano 2009, a Guiné-Bissau viveu um momento político muito difícil que resultou no assassinato do presidente da República, João Bernardo Vieira, e Batista Tagme Na Waie, o então chefe de Estado Maior General das Forças Armadas da Guiné-Bissau. Segundo demonstra Lopes (2014), a Lei de Bases do Sistema Educativo guineense foi organizado no período em que o país estava a enfrentar uma crise política e institucional que resultou no assassinato, perseguição e espancamento de algumas figuras políticas importantes. A proposta da elaboração da primeira Lei de Base do Sistema Educativo guineense foi iniciada depois da Conferência Mundial de Educação para Todos, organizada em Jomtyien, Tailândia, no ano 1990, que definiu que até o ano de 2000 todas as crianças em idade escolar devem ter acesso à educação de qualidade.

Na fala de Lopes (2014), depois deste encontro internacional da educação, a Guiné-Bissau deu início à construção da sua primeira Lei de Bases do Sistema Educativo, iniciada em

---

<sup>5</sup> É um político guineense, foi Primeiro Ministro da República da Guiné-Bissau no ano 2004-2005, 2009-2012, também foi presidente de maior partido político na Guiné-Bissau Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde PAIGC

1992, mas o seu andamento foi assinado por fases, por interrupções causadas pela própria conjuntura política do país.

Em 2009/2010 é retomado o projeto político de construção da Lei de Bases do Sistema Educativo guineense. Desta vez, as razões que estão na base da criação da primeira Lei de Bases do Sistema Educativo da Guiné-Bissau são diversas. Aparecem como razões que determinaram a criação da primeira Lei de Bases do Sistema Educativo guineense: a vontade pessoal do Ministro da Educação, Artur Silva, à data da construção da Lei em contribuir para a resolução dos problemas que afetam o sistema educativo; a pressão dos sindicatos dos professores para a regulamentação da profissão docente; a necessidade de regulamentação da organização do sistema educativo para obtenção de apoio dos parceiros nacionais e internacionais; a ausência de quadro normativo legal que especificasse a organização do sistema educativo; a assunção da educação como setor prioritário na política do PAIGC (LOPES, 2014, p.68).

Por meio das pressões/ameaça dos parceiros que financiam o setor educativo, o governo liderado por Calos Gomes Júnior, apoiou a construção do documento e contou com o Ministério das Finanças e com o Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), para os proventos e financiamentos deste projeto.

O processo de construção da Lei de Bases do Sistema Educativo guineense foi organizado pelo Ministério da Educação, do ponto de vista de recursos humanos, da seguinte forma: recenseamento de quadros do Ministério da Educação; contratação, através de um concurso, de um consultor externo ao Gabinete Jurídico do Ministério da Educação para efeito de elaboração do projeto/anteprojeto de Lei de Bases do Sistema Educativo; apelo aos parceiros para apoiarem e participarem no projeto (associação de pais e encarregados de educação; sindicatos dos professores; atores sociais; rede de escolas públicas; redes de escolas privadas; religiosos) (LOPES, 2014, p.74).

Ao longo da sua construção, contou com a participação de um jurista guineense, Emilio Kafft Kosta, contratado pelo Ministério da Educação e técnicos do próprio ministério, além do chamamento de várias entidades para participar na sua elaboração. Foram realizadas visitas em diversas regiões do país a fim de mapear e reconhecer as necessidades, urgências e, o mais importante, a situação real dos equipamentos escolares.

Podemos averiguar que na LDB, no seu capítulo I, Artigo 3º, que aborda sobre os objetivos específicos do sistema educativo, nas seguintes alíneas: **a)** Garantir, em liberdade de consciência, a formação moral e cívica dos educandos; **b)** Assegurar uma adequada formação orientada para o trabalho, levando em conta a vocação, os interesses e a capacidade de cada um; **c)** Diversificar, desconcentrar e descentralizar as estruturas e atividades educativas, de modo a adaptá-las às realidades do país; **d)** Promover a participação de toda a população,

designadamente alunos, pais e encarregados de educação, docentes e outros atores do processo de educação, na definição da política educativa e na administração escolar (LDB, 2010, p.3).

Dentre estes objetivos, a LDB revela a importância de o sujeito ser formado para “sociedade guineense”. Deste modo, o mesmo documento enfatiza a descentralização do sistema educativo e atribui às regiões a responsabilidade de criar suas políticas educativas obedecendo as regras do Ministério da Educação. A gestão democrática não deixa de ser destacada na LDB, salientando a participação da família, os pais encarregados pela educação e a comunidade.

### **3. Caracterização do sistema educativo guineense**

Em termos de divisão de séries no secundário, os portugueses, ainda na época colonial, implementaram na Guiné-Bissau um sistema igual ao de Portugal. No período pós-independência, as autoridades estatais guineenses adotaram o mesmo modelo: sistema baseado na Educação Extraescolar, Educação Pré-Escolar e, por fim, Educação Escolar. Esta última está dividida em suas séries, cito: Ensino Básico, Ensino Secundário, Ensino Superior, Modalidades Especiais e Atividades de Ocupação de Tempos Livres.

#### **3.1 Educação Não Formal ou Extraescolar**

- ❖ Alfabetização e educação de base de jovens e adultos;
- ❖ Ações de reconversão e aperfeiçoamento profissional, tendo em vista o acompanhamento da evolução tecnológica;
- ❖ Educação dirigida para a ocupação criativa dos tempos livres;
- ❖ Educação cívica.

Conforme consta na Lei de Bases do Sistema Educativo, a educação não-formal alarga-se na lógica da educação permanente, contemplando todas as dimensões da ação educativa na ampliação das aprendizagens ou competências dos seus interlocutores. A educação extraescolar pode ter lugar em “estruturas de extensão cultural do sistema escolar, bem como em sistemas abertos, servindo-se dos meios de comunicação social e de tecnologias apropriados, nomeadamente a rádio e a televisão educativa, bem como a internet (artigo 7.º, alínea 1)”. A promoção da educação não-formal cabe ao Estado e às instituições da sociedade civil (artigos 6.º e 7.º).

A educação não formal é uma modalidade da educação que acontece fora de quatro paredes, assim digamos no ambiente escolar. É uma educação que é aprendida durante as

relações sociais com outro, como no trabalho, na comunidade, na empresa, no hospital, nos movimentos sociais etc.

Algumas instituições têm como foco capacitar, sob diferentes formas, as crianças e adolescentes para “enfrentarem a vida”. Capacitação é entendida como iniciação ao mundo do trabalho, o que engloba, sob diferentes aspectos, cursos como o de artesanato, informática, dança, capoeira, culinária e datilografia (SILVA e PERRUDE, 2013, p. 48).

Nessa concepção de educação, isto é, o que se chamou de educação não formal, as atividades acontecem em ambientes e situações interativas construídas coletivamente, sendo uma educação complementar, tendo finalidade na ação no ato de participar, de aprender e de transmitir ou trocar saberes. É considerada uma complementação da educação formal, mas de maneira distinta, sem estar conectada com a obrigatoriedade do ensino. Geralmente, é esse tipo de educação oferecida pelos ONGs e outras entidades de terceiro setor.

A educação não formal é uma educação que busca capacitar o cidadão, promovendo projetos de desenvolvimento pessoal e social que podem ocorrer em diversos espaços como na comunidade, nas empresas, nas penitenciárias, no museu, no teatro, na dança, nas organizações sociais, nas instituições culturais, projetos comunitários, nos clubes de esportivos, nas ONGs, nos sindicatos, dentre outros. A educação não formal é uma educação humanista e comunitária que resgata os conhecimentos não expostos nos currículos escolares. Esta modalidade do ensino geralmente é esquecida pelo Estado, as entidades privadas tomam a responsabilidade de cuidar dela porque não faz parte de plano do Estado.

### **3.2. Educação formal**

Com a aprovação da LDB em 2010, o sistema educacional da Guiné-Bissau ganha uma nova estrutura. Não abrange só a educação formal, mas também a educação não formal (capítulo II, artigo 4.º). A sua coordenação é delegada pela única instituição: Ministério da Educação Nacional, Cultura, Ciência, Juventude e dos Desportos (MENCCJD). Sendo esse órgão responsável por coordenar toda a política educativa em âmbito nacional, ao passo que as entidades públicas e privadas são atribuídas a iniciativa e a responsabilidade pelo desenvolvimento do sistema educativo (Lei n.º 4/2011, artigos 1.º-3.º).

Segundo LDB de 2010, o sistema educativo guineense está dividido em duas modalidades: educação formal e não formal ou extraescolar. A educação formal compreende:

Ensino pré-escolar;

Ensino básico;

Ensino secundário;

Ensino técnico-profissional;

Ensino superior;

Modalidades especiais e atividades de ocupação de tempos livres (capítulo II, secção II, subsecção I, artigo 8.º, alínea 1).

### Organograma do sistema educativo

Pré-Escolar				
1ºCiclo	1ºFase	1ºAno 2ºAno	<b>Ensino Básico</b>	
	2ºFase	3ºAno 4ºAno		
3ºFase		5ºAno 6ºAno		
	4ºFase	7ºAno 8ºAno 9ºAno		
2ºCiclo		10ºAno 11ºAno		<b>Ensino Secundário</b> -Via geral ou ensino geral -Via técnico profissional -Modalidades especiais de educação (condições ainda por regulamentar)
		12ºAno		
	<b>Ensino Superior</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Universidades</li><li>• Escolas Universitárias</li><li>• Institutos Superiores</li></ul>		

Fonte: Lopes, 2014

### 3.3. Ensino pré-escolar

As instituições de educação pré-escolar recebem as crianças com idades compreendidas entre os três anos e a entrada na escolaridade obrigatória (Lei n.º 4/2011, Artigo.º 9). A educação pré-escolar, com carácter facultativo, é ministrada em unidades educativas específicas e socioculturais polivalentes integradas nas realidades locais. Cabe ao Estado a responsabilidade de criar e manter os estabelecimentos de educação pré-escolar. Ao Ministério da Educação Nacional, cabe a responsabilidade pela coordenação da política educativa e a afixação das suas normas de funcionamento (LDB, artigos n.º 9.º-11.º).



Esta modalidade não foi a prioridade do Estado guineense desde a independência até nos dias de hoje, existem jardins infantis que foram criados pelo próprio Estado, mas são em número bem reduzidos e quase não funcionam. O governo guineense acaba deixando, na responsabilidade, esta primeira fase da escolaridade aos agentes privados. Em sua vasta maioria, os intitulados jardins infantis são criados e mantidos pelos missionários católicos e evangélicos e algumas ONG's locais e internacionais.

### 3.4. Ensino básico

Ensino Básico é uma modalidade do ensino formal, é considerado universal, obrigatório e gratuito. De acordo com Lopes (2014), a gratuidade deste ensino é total até ao 6.º ano de escolaridade e parcial nos anos iniciais subsequentes de acordo com as despesas ou do seu orçamento do Estado (artigo 12.º, alínea 1.ª-3.ª).

Na esteira das considerações de Lopes, este grau de escolaridade destina-se às crianças entre os 6 aos 15 anos de idade, sendo o acesso limitado para as crianças que farão 6 anos até 1 de outubro, mas através de uma declaração feita pelo Encarregado de Educação (artigo 13.º, alíneas 2.º-3.º).

O ensino básico compreende 9 anos de escolaridade, divididos em três ciclos sequenciais e subdivididos em 4 fases complementares, (artigo 13.º, alíneas a-c). Os níveis de ensino básico são: O primeiro ciclo que compreende o 1º ao 4º ano de escolaridade, subdividindo-se em duas fases, organizadas da seguinte forma: a) primeira fase inclui o 1º e o 2º ano de escolaridade; b) segunda fase abarca o 3º e o 4º ano de escolaridade. O segundo ciclo enforma a terceira fase do ensino básico, inclui o 5º e o 6º ano de escolaridade. O terceiro ciclo compreende o 7º, 8º e 9º ano de escolaridade, constitui a quarta e última fase do ensino básico (LDB, Cap. II, Subsecção III, Art 13.º alíneas a-c), conforme podemos observar na tabela abaixo:

#### Organização do Ensino Básico

Níveis	Anos de Escolaridade divididos por fases		Idade
1º	1º e 2º	1º	6-10
	3º e 4º	2º	
2º	5º e 6º	3º	10-12

3°	7° e 9°	4°	12-15
----	---------	----	-------

**Fonte:**

Na 1ª e 2ª fase, que correspondem do 1º ano ao 4º ano de escolaridade, geralmente são ministrados numa visão universal e compete a um único professor a responsabilidade pela turma, ocasionalmente auxiliado em áreas especializadas como, nomeadamente, a educação artística ou a educação física. Conforme Lopes (2014), o professor nessas fases é responsável pela instrução dessa turma até o término do segundo ciclo do ensino básico. b) a 3ª fase (2º ciclo), que corresponde ao 5º e 6º ano do ensino é ministrado por áreas de formação básica em forma de interdisciplinares, cabendo a cada professor responsabilizar por uma ou duas disciplinas em cada ciclo. c) O terceiro ciclo funciona de acordo com um plano curricular unificado, envolvendo diversas áreas vocacionais e cabendo a vários professores, à razão de uma disciplina por cada professor (LDB, Art. 16.º).

Com o término do ensino básico, a criança tem três probabilidades de prosseguir a sua formação acadêmica: poderá ingressar na via geral do ensino secundário ou na via técnico-profissional do ensino secundário ou optar por modalidades especiais de educação cujas condições estão por regulamentar (artigos 12.º- 17.º).

### **3.5. Ensino secundário**

Conforme está na LDB, ensino secundário complementar é um subsistema do modelo de ensino que dá continuidade ao ensino básico. Este visa a dotar o estudante de conhecimentos e aptidões científicas, técnicas e culturais adequadas ao prosseguimento dos estudos superiores ou à inserção na vida ativa. Ao terminar este nível, o aluno pode prosseguir para ensino superior. Este sistema de ensino corresponde: 10º, 11º e 12º ano. O 12º ano da escolaridade foi implementado no ano letivo 2010/2011.

O ensino secundário permite ao aluno escolher de maneira geral ou ensino geral ou técnico-profissional. Ele é ministrado nas escolas secundarias, com o termino entre 15-18 anos de idade. Após conclusão satisfatória do ensino secundário, confere direito ao diploma, assim como ao certificado de aproveitamento de qualquer ano ou ciclo. Tem acesso ao ensino secundário quem, com aproveitamento, completar o ensino básico ou equivalente (Artigo 20.º).

### **3.6. Ensino Técnico Profissional**

O ensino técnico tem o objetivo de preparar o indivíduo para o mercado de trabalho ou prepará-lo para atividades relacionadas à vida ativa. Esta modalidade de ensino cumpre-se através da via técnico profissional do ensino secundário, conforme está no artigo 22.º. Só os que terminaram o ensino básico com sucesso e os que terminam também o ensino básico acima de idade estipulada na LDB (artigo, 31º) podem ter acesso ao ensino profissional. O Estado e as outras entidades privadas devem assumir e apoiar as atividades desenvolvidas nesta área de formação técnico profissional. A conclusão satisfatória do ensino secundário via técnico profissional dá direito ao diploma de técnico profissional e dá acesso ao ensino superior em cursos e áreas a definir em legislação própria (artigo, 22).

### **3.7. Ensino superior**

Ingressar nas instituições e cursos do ensino superior exige-se a obtenção de diploma do ensino secundário ou documento legalmente equivalente. Para estudantes que atingiram mais de 25 anos de idade, que não se encaixariam nestas condições, são obrigados a realização de um teste especial de avaliação de conhecimentos e a sua respetiva aprovação. O término do ensino superior atribuí aos estudantes, segundo o ciclo finalizado, os seguintes níveis académicos:

- ❖ Licenciado;
- ❖ Mestre;
- ❖ Doutor (artigos 25.º-29.º).

### **3.8. Modalidades especiais e atividades de ocupação de tempos livres**

Conforme LDB, nas modalidades especiais e atividades de afazeres de tempos livres (capítulo II, secção II, subsecção I, artigo 8.º, alínea 1) ou modalidades especiais de educação escolar (capítulo II, subsecção VI, artigo 30.º) entra cinco (5) modalidades especiais: a Formação Técnico Profissional, a Educação Especial, o Ensino Recorrente de Adultos, o Ensino à Distância e a Educação para as Comunidades guineenses no estrangeiro (artigo 30.º).

## **4. Caraterística Socioeconômica e Política**

A região atualmente chamada Guiné-Bissau foi, durante muitos anos, dominada pelos portugueses, tornou-se independente do regime colonial português no dia 24 de setembro de 1973, e foi reconhecida bilateralmente pela autoridade portuguesa em 1974, quase um ano depois da sua independência. Desde este período, o país enfrentou vários problemas económicos e crises institucionais que geraram golpes de Estado e guerra civil.

A Guiné-Bissau é um dos países do mundo com baixo PIB, isso faz com que dependa das ajudas externas. A sua economia depende mais da agricultura, pesca, criação de gado e a castanha de caju. Economicamente, o seu principal produto de exportação é a castanha de caju. Além desta, o país exporta madeiras, peixes entre outros. DENARP II (2011, p.26 *apud* SANI e OLIVEIRA) mostram que apenas 4% da produção é transformada a nível nacional, o outro é lavado de uma forma bruta. A castanha representa 47% do espaço cultivado e implicando 80% das populações das zonas rurais nas atividades agrícolas, passou a ser um setor estagiário do emprego e diminuição da pobreza.

Segundo Benzinho e Rosa (2015), a pesca é considerada como a segunda maior fonte de receitas do Estado que dispõe de recursos marinhos assinaláveis com águas consideradas das mais ricas da África ocidental. A Guiné-Bissau é também possuidora de um potencial turístico considerável, centrado nas ilhas Bijagós e num sistema de parques nacionais que cobrem 23,7% de seu território.

O país vivia um regime de partido único desde a sua independência, este regime veio a ser abolido no início dos anos 1990. A sua transição política de um regime de partido único, liderado pelo PAIGC, para um regime multipartidário, foi rápida e movido pelos efeitos de forças externas, sobretudo, do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI), sob aviso de suspensão da sua ajuda econômica ao país em 1991.

Hoje em dia, a República de Guiné-Bissau tem um sistema político semi-presidencial, isto é, uma democracia representativa em transição pelo qual o presidente é chefe de Estado, e um líder de governo, representado pelo Primeiro Ministro. O poder executivo é exercido pelo governo, enquanto que o poder legislativo é designado tanto pelo governo quanto pela Assembleia Nacional Popular. O poder judicial é independente do executivo e legislativo, formado por nove juizes nomeados pelo Presidente.

Em 1994, foi realizada a primeira eleição geral, onde o PAIGC e seu candidato João Bernardo Vieira (Nino Vieira) saíram-se vitoriosos. João Bernardo Vieira, o candidato apoiado pelo PAIGC, foi eleito como presidente da República e Carlos Correia como primeiro ministro, chefe do Governo Nacional. Dois anos depois da eleição, o país entrou nas crises institucionais e políticas mais duras, ou mais intensas, resultando em um golpe de estado, que acabou culminando em uma guerra civil de 1998 a 1999.

Como nos aponta Morgado (2019), a guerra civil de 1998 e 1999, os golpes de estado liderados por um grupo de militares em setembro de 2003, abril de 2012 e a instabilidade política começada em 2015 dificultaram início de um bom ciclo da atividade econômica. “Esse

conflito político-militar, entre forças fiéis a Nino e tropas revoltadas com a população descontente, durou de junho de 1998 a maio de 1999, terminando com a deposição do presidente Nino” (BATISTA, 2018, S/P). Depois do último golpe de Estado em 2012, vários países e organizações internacionais cancelaram suas atividades com a Guiné-Bissau, em 2014 depois das eleições gerais, alguns voltaram a criar novos laços.

Em decorrência dessas instabilidades políticas e crises institucionais, um problema grave foi gerado no seio da política guineense. Desse modo, o país vive um momento antidemocrático que leva o governo legítimo a permanecer no cargo, no máximo por um período de dois anos, alguns permanecem menos.

Até então, José Mario Vaz (JOMAV) foi o primeiro presidente a terminar o seu mandato, com início em 2014 e término em 2020. “Esta turbulência tem repercussões negativas junto da população e à comunidade internacional, e conduz a uma constante mudança das estruturas governativas, dificultando a implementação de ações de intervenção” (CARVALHO, BARRETO, BARROS, 2017, p.19). Este ambiente de instabilidade política e institucional tem colaborando de maneira substancial para a redução das instituições democráticas e administração pública e, especialmente, no crescimento da macroeconomia do país, em particular no domínio de controle econômica e financeira, isso acaba fragilizando o sistema educativo.

## **5. Atuação dos agentes privados no setor educativo**

Depois da independência, a Guiné-Bissau não conseguiu financiar uma proposta educacional por falta de recursos financeiros e alguns problemas internos que vieram ao longo do tempo. Logo no início da década 1980, o país sofreu um golpe de Estado liderado por João Bernardo Vieira (Nino Vieira), e depois se deparou com uma guerra civil de 1998/1999. Após esses acontecimentos, o Estado guineense se integra às comunidades internacionais, tais como, UNICEF, PAM, PLAN, CEDEAO entre outras organizações, e essa nova realidade produziu efeitos no sentido de obter financiamentos para o campo educacional.

Desde os primeiros anos da independência, o país recebeu várias ajudas externas na área da educação. “Os suecos, que desde a independência eram os principais doadores, retiraram-se definitivamente nos finais dos anos noventa. Seguiu-se a cooperação holandesa” (GOMES, 2014, p.03). Na mesma lógica do pensamento, Carvalho, Barreto e Barros (2017, p.24) vão mostrar que “o setor da educação na Guiné-Bissau foi, desde a independência, um dos setores que mais beneficiou do apoio externo, quer de agências multilaterais quer bilaterais, entre as

quais se destacam Portugal, Holanda e Suécia”. O setor educativo nos primeiros anos da independência era considerado como um ponto crucial para os dirigentes do PAIGC.

Batista (2018), ainda enfatiza que a cooperação entre ONG’s e o Estado da Guiné-Bissau, na área da educação, deu-se devido à má situação econômica do país, que sob a alcunha do Estado ineficiente e frágil, teve o processo de liberalização e privatização de suas obrigações, desde 1985. Conforme Sanhá (2014), as colaborações estabelecidas entre as *Organizações Não Governamentais* (ONGs) e o governo da Guiné-Bissau ocorreu em vista de um processo entre avanços e ganhos no campo da educação e não apenas. Estas organizações não têm trabalhado só na melhoria das escolas, mas sim na construção das residências para professores, investimentos na construção de poços de água potável, salões multiuso, latrinas com o objetivo de melhorar as condições de higiene, saúde e saneamento nas escolas.

O financiamento da Educação na Guiné-Bissau é assegurado de uma maneira geral pelo Estado, por ajuda externa e pelas famílias. De fato, houve um orçamento anual na ordem de 3.035 Bilhões de Francos, Comunidade Financeira de África (FCFA) em 2001 (ou seja, 15.000 mil CFA por aluno). O Estado consagra à Educação os recursos extremamente baixos (cerca de duas vezes menores do que a média da qualidade, a fazer face ao aumento atual dos efetivos escolares). Ainda em 2013, o Estado gastava, em média, 18.000 mil Francos Comunidade Financeira de África (FCFA) por criança escolarizada (menos de 40 dólares), um nível insuficiente para dispensar um docente de base de qualidade para todas as crianças. E para os adultos, a situação é de maior precarização. Nessas condições, os familiares precisam financiar com seus próprios meios a educação dos seus filhos. Em média, a contribuição dos familiares é superior àquela depositada pelo Estado (GOMES, 2018 p.34-35).

Em relação aos investimentos diretos para educação, nota-se que são baixos os valores destinados se compararmos com outros países do continente africano, não permitindo, por exemplo, investir nos salários dos professores, como sugere a citação extraída de Gomes: “O investimento público no sistema educativo quer através de donativos ou empréstimos externos, ou ainda do financiamento interno, tem vindo a diminuir” (SANHÁ, 2014, p.01). Por este motivo, a educação pública deixou de ser gratuita para todos os níveis da escolaridade, aliás, só o primeiro nível e os dois ciclos que os compõem são gratuitos. Isso fez com que as famílias paguem as propinas<sup>6</sup> em cada trimestre.

Segundo Tchuda (2020), os parceiros financiadores da Guiné-Bissau na área da educação, apontam que o país enfrenta diversos problemas econômicos, muitas das vezes não

---

<sup>6</sup> A propina consiste numa taxa de frequência devida pelos estudantes, que corresponde à participação nos custos inerentes ao serviço prestado pelas instituições de ensino.

consegue pagar os salários dos seus funcionários, que acabam gerando greves em vários setores públicos, por isso vive muito da ajuda dos parceiros internacionais e regionais para poder liquidar as dívidas.

É de conhecimento de todos os guineenses que a atual situação política da Guiné-Bissau, no decorrer do ano 2000 até hoje, gerou um clima tenso de instabilidade em todo o aparelho administrativo do Estado, dificultando o seu funcionamento, assim como investimento dos parceiros bilaterais e contribuições das ONG's.

As paralisações administrativas afetam diversos setores do funcionamento dos ministérios, o da Educação acaba sendo o mais afetado. As escolas públicas estão numa condição desfavorável para os professores tanto para os alunos, ou seja, todo o corpo que compõe a escola está nesta mesma condição de precariedade. O governo não honra a sua responsabilidade de pagar salário dos funcionários e técnicos do ministério da educação, incentivando, assim, constantes greves dos professores em cada ano letivo que ameaçam anular todo o período. Os créditos concedidos à Guiné-Bissau para o setor da educação têm ajudado nas reformas de infraestruturas e na aquisição dos equipamentos, assim como os materiais escolares: material didático, manuais e a formação de professores e, excepcionalmente, o pagamento de salários em atraso.

Ainda hoje a maior parte das despesas na educação é custeada ou financiada por fundos externos. A dependência externa na educação é enorme e desabilita o Estado. A insuficiência orçamental interna permite com que a formulação de políticas educativas e a administração das mesmas esteja sob responsabilidade das agências externas, ou seja, a dependência dos governos da ajuda externa para várias áreas, particularmente na educação, faz com que o estado fique refém, de tal forma que os organismos internacionais são eles que ditam as regras sobre o que incluir e o que não incluir no currículo escolar (MANGANA, 2017, p.94).

Trago aqui a citação que se refere ao estudo desenvolvido pelo pesquisador moçambicano Gregório Mangana<sup>7</sup>, mesmo considerando as especificidades de cada país em questão, isto é, Guiné Bissau e Moçambique, entendo que as interferências e financiamentos realizados por instituições externas ocorram em ambos os países. Também gostaria de chamar

---

<sup>7</sup> Discuto particularmente a sua dissertação de mestrado desenvolvida do PPGS da UFPE, onde o pesquisador vai desenvolver um estudo sobre a institucionalização dos “saberes locais” a partir de políticas curriculares em Moçambique: comunidades epistêmicas, contextos de influência e lugar de intermediação. A presente pesquisa analisa a relação entre a comunidade epistêmica e a institucionalização dos saberes locais a partir das políticas curriculares em Moçambique. Compreendemos a institucionalização dos saberes locais em Moçambique, como um processo inacabado e contínuo e intervencionado por comunidades epistêmicas. O objetivo central deste trabalho foi o de analisar a participação/influência das comunidades epistêmicas na institucionalização dos saberes locais, os modos de coexistência e o lugar de intermédio dos saberes locais nas políticas curriculares em Moçambique. (MALANGA: 2017, p.07).

atenção para o uso da noção de comunidade epistêmica que o autor utiliza. Grosso modo, o autor se apropria do conceito de “comunidades epistêmicas”, que segundo ele, foi introduzido no campo de estudos das Relações Internacionais. “Ruggie teria emprestado o conceito de “episteme” a Michel Foucault, para se referir a uma forma dominante de olhar a realidade social ou a um compartilhamento de um conjunto de símbolos e referências” (MANGANA: 2017, p 22).

Gregório Mangana comenta ainda que essa noção fica em desuso até o final dos anos 1980, do século XX, quando reacende o debate em torno dele por meio da publicação intitulada: *Knowledge, Power, and International Policy Coordination*, organizado pelo International Organization (University of Cambridge) e editado por Peter Haas em 1992. Em síntese, nas ciências sociais o termo ganha uso e passa a dizer de um conjunto de ideias gestadas e praticadas por instituições e agentes sociais – formação de uma rede de profissionais internacionais – com reconhecimento, competência expressada em dados domínios – como a educação, por exemplo -, com legitimidade e com poder de legitimar sobre um corpus de conhecimento politicamente relevante dentro de um determinado domínio ou área (MANGANA:2017, p. 22). Essa noção conceitual nos parece interesse para pensar o que acontece na Guiné Bissau e os agentes externos que participam do projeto educacional. Nesse sentido, eu a chamo de participação/intervenção.

O estudo sobre os sujeitos e grupos sociais (comunidades epistêmicas) torna-se importante para compreender as dinâmicas no campo de formação dos discursos sobre as políticas curriculares e, conseqüentemente, das diversas formas de legitimação e institucionalização em diferentes contextos e níveis. Neste sentido, as agências multilaterais são responsáveis pela circulação de textos que se (re) contextualizam em diferentes países, (MANGANA, 2017, p. 28)

As agências financiadoras eram muitas e cada uma tinha a sua filosofia e seus requisitos, embora dialogassem entre si e objetivassem em comum participar do projeto de educação na Guiné Bissau. Os principais agentes que investiam desde o período da luta de libertação nacional e nos primeiros anos da independência foram: os organismos vinculados às Nações Unidas, tais como: UNESCO, UNHCR, PNUD, PAM; UNICEF; Agência Sueca de Desenvolvimento Internacional; ao nível bilateral, e principalmente, no domínio de formação de quadros, países como, Portugal, Cuba, França, Holanda, Roménia, China, Jugoslávia, Checoslováquia, Hungria, Polónia, Senegal, Marrocos e Argélia (GOMES, 2014).

Atualmente, os doadores ativos no sector são Portugal e Plan Internacional e, no plano multilateral, as agências das Nações Unidas: PAM, UNICEF e FNUAP. Carvalho; Barreto e Barros (2017) seguem abaixo resumo sobre os objetivos destas organizações e suas atuações:



**Cooperação Portuguesa** - com atuação aos níveis de Educação de Infância (EI), Ensino Básico (EB), Ensino Secundário (ES) e Ensino Superior, nas áreas de formação de professores, apoio técnico, capacitação, divulgação de materiais didáticos, construção de infraestruturas e bolsas.

**Banco Mundial** - reabilitação de infraestruturas, apoio a programas.

**FNUAP** - apoio técnico Ministério da Educação Nacional (MEN).

**PAM** - distribuição de refeições escolares.

**PLAN** -Internacional - apoio financeiro a projetos na área de educação

**UE** - reabilitação de infraestruturas sociais, apoio a programas de EI e EB.

**UNESCO** - no quadro do EFA, tem apoiado programas de formação em serviço, estabelecimento de currículos e implementação de programas multilíngues. Neste quadro, salienta-se o período em análise,

**O projeto Improvement of teacher qualification and setting up of a system for the management of learning outcomes in Guinea-Bissau (2009-2015)** tem como objetivo de intervir na formação inicial, contínua e em serviço de professores do ensino básico.

**UNICEF** - desde 1990 tem se afirmar como a principal agência internacional na implementação dos objetivos do EFA. Na GB, coordenou o GLE, apoia os programas da EI e a revisão curricular junto do MEN.

Diante do exposto, percebe-se que tais doadores têm contribuindo muito, em especial, na educação básica do país. Contudo, é importante refletir sobre as implicações dessas ajudas no processo de autonomia de um projeto de educação nacional, pública e de qualidade.

### **6.1. A intervenção do Banco Mundial na Educação Básica**

Nos finais da 2ª Guerra Mundial, surgiram várias Organizações Internacionais, com objetivo de ajudar na recuperação dos danos causados pela guerra. O Banco Mundial também nasceu neste período, para apoiar os países, assim dita, do 1º Mundo na restauração das suas economias e no financiamento dos créditos bancários para construções das infraestruturas e edifícios danificados durante aos seis (6) anos da 2ª Guerra Mundial.

Logo nesta época, também surgiram algumas ideologias que estavam a lutar para dominar o mundo. No entanto, anos depois à 2ª Guerra Mundial, a teoria neoliberal nasceu na zona da Europa e na América do Norte, onde o capitalismo comandava. “Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Seu texto de origem é O Caminho da Servidão, de Friedrich Hayek, escrito já em 1944” (SADER *et al*, 1995, p.03).

O Banco Mundial é uma organização internacional fundada em 27 de dezembro de 1944, na conferência de Bretton Woods. Este teve a sua criação vinculada à do Fundo Monetário Internacional (FMI), ambas organizações tiveram preocupação de financiar a reconstrução dos países devastados pela Segunda Guerra Mundial. Como aponta Djaló (2009):

Alguns anos depois do acordo de Bretton Woods, a emergência da Guerra Fria trouxe para o centro das atenções a assistência econômica, política e militar aos países ditos

de “terceiro mundo”, em face da necessidade de rapidamente arregimentar esses blocos de países independentes ao mundo ocidental para fortalecer a aliança anticomunista (...) a partir dos anos 50 que o Banco Mundial foi adquirindo o perfil de um banco voltado para o financiamento dos “países em desenvolvimento”, tal como é hoje. Até 1956, 65% das operações do Banco Mundial concentraram-se nos países europeus. Desde então a participação dos “países em desenvolvimento” elevou-se progressivamente. De 1956 a 1968, os recursos do Banco Mundial voltaram-se principalmente para o financiamento da infraestrutura necessária para alavancar o processo de industrialização a que se lançavam diversos países do Sul. Nesse período, cerca de 70% dos empréstimos destinaram-se aos setores de energia, telecomunicações e transportes (DJALÓ, 2009, p. 90-91).

As suas políticas são coordenadas por cinco países do mundo, que são: EUA, Japão, Alemanha, França e Reino Unido, como nos explica Djaló em seguida: “184 países que fazem parte do banco mundial. Dentre estes 184 países, só 5 que criam as políticas para os demais países. A sua atuação nos países africanos deu-se nos anos 80-90 depois das independências de vários países deste continente” (DJALÓ, 2009, p.93).

No começo do ano de 1980, o BM mudou sua tática de investimento para o continente africano, devido a uma crise que os países da Europa geraram, e não possuíam recursos suficientes para pagar suas dívidas que faziam através do programa de ajuste básico elaborado por BM. No entanto, a Guiné-Bissau não escapou dos empréstimos que os países africanos foram fazer, através do programa Ajustamento Estrutural arquitetado pelo BM e FMI. Foi neste âmbito que começou a relação entre BM e Guiné-Bissau.

Segundo Djaló (2009), a sua presença na Guiné-Bissau foi marcada em 1985, no qual o país aderiu formalmente a esta organização e ao FMI. Entretanto, a partir de 1986, o Banco Mundial procura “ajudar ativamente” os esforços do então governo na melhoria econômica destruída durante a colonização.

De acordo com Sader *et al* (1995), a partir dos anos 1980 ocorreu um verdadeiro disparo dos mercados de câmbio internacionais, com a mudança transações, apenas monetárias, terminar de reduzir a comercialização global de produtos. A partir dessa crise, foi “conjugada à generalização das ideias liberais em meados da década 1986 [...], objetivando a integração internacional da economia guineense, o que sinalizava também a mudança do comportamento do governo em relação à prática do livre comércio” (CATEIA, SILVA, ROHENKOHL, 2018, p.99).

Na década de 1980 para frente, a Guiné-Bissau viveu um momento muito difícil, causado durante a luta de libertação nacional que arruinou quase a sua economia. A economia guineense estava numa das suas maiores instabilidades pós-independência em virtude da degeneração da situação econômico-financeira e do persistente balanço entre a demanda por

produção e a oferta da produção (CATEIA, SILVA, ROHENKOHL, 2018). Naquela altura, a Guiné-Bissau precisava do empréstimo para começar o seu desenvolvimento e sua industrialização e, por isso, foi se afilhando nessa entidade internacional.

Segundo Santos (2018), durante muitos anos várias instituições internacionais fizeram papéis relevantes para a perpetuação do discurso fundamental do desenvolvimento e mesmo para a sua reconfiguração.

Com sua visão de desenvolvimento baseada em uma mistura de ideologia liberal e excessiva crença no fundamentalismo de mercado e em governos problemáticos, o FMI e o Banco Mundial, por meio de seus programas de empréstimos aos países considerados “subdesenvolvidos” impuseram um receituário de investimento, liberalização comercial, ajuste estrutural e condicionalidades liberais a todo o mundo, de forma antidemocrática e que resultaram em mais crises, distúrbios e pobreza (STIGLITZ, 2002 apud SANTOS, 2019 p.157-158).

A partir do momento em que a Guiné-Bissau estabeleceu a sua relação com esta organização internacional financeira, foi obrigada a liberar a sua economia na qual passou a ser controlada por esta. No entanto, o Banco Mundial montou o seu gabinete estratégico, com vista a ajudar o país na sua agenda econômica, sem deixar de fora a sua política e ideologia de dominação econômica. Desde o momento que a Guiné-Bissau topou os princípios desta organização, começou a receber especialistas internacionais para avaliar o seu crescimento econômico e suas interferências no mesmo campo e na política do país.

Passaram alguns anos, quando Banco Mundial (BM) viu que o Estado guineense está a cumprir suas obrigações, portanto, esta agência financiadora começou a apoiar o setor do Ensino Básico, auxiliando o projeto *Fikidja*, tutelado pelo ministério da educação e coordenado por este agente. No início de ano 1990, o Banco Mundial desempenhou um importante ajuda na política social guineense, especificamente no setor da educação. “O centro da política do Banco Mundial para o sector da educação está a educação básica, considerada a estratégia mais adequada para a redução da pobreza, principalmente nas zonas de acelerado crescimento populacional” (FURTADO, 2005, p. 499).

No que tange ao setor educativo, o estudo deu ênfase ao ensino básico, apontando a necessidade de criação de um projeto específico nesta área para o melhoramento do ensino e combate ao analfabetismo. “Assim, foi criado em 1997 a “*Firkidja*”, projeto responsável pela melhoria de qualidade de ensino básico na Guiné-Bissau. O horizonte temporal do referido projeto seria de 4 anos, acordado para funcionar entre 1997 e 2001, com perspectivas de renovação” (DJALÓ, 2009, p.96).

Como foi mencionada acima, os créditos dados à Guiné-Bissau na área da educação têm ajudado nas construções de novas infraestruturas e na manutenção dos antigos edifícios escolares os equipamentos dos serviços educacionais como: livros didáticos, manuais e a formação de professores e o pagamento de salários em atraso. Foi nesta linha que o projeto *Firkidja* atua na política da Educação Básica.

Os principais objectivos do projecto de apoio à educação de base visam: i) a expansão moderada da cobertura do ensino básico e a superação dos obstáculos ao acesso à educação e ao sucesso dos alunos; ii) a melhoria da qualidade dos recursos do sistema educativo e do ambiente na sala de aula; iii) a melhoria da gestão dos recursos humanos e financeiros; iv) o desenvolvimento de parcerias entre o Ministério da Educação Nacional (MEN), a sociedade civil e a comunidade internacional com vista à descentralização e delegação de alguns pacotes de serviços educativos; v) o reforço da capacidade do MEN no que respeita ao planeamento e gestão do fornecimento de serviços educativos (FURTADO, 2005, p.449-450).

Este projeto ajuda o governo guineense na política de expansão do Ensino Básico para algumas localidades do país, onde o acesso à educação é difícil, equipamento para inspeção, controle no pagamento de salário dos professores. Até então o governo de Guiné-Bissau não conseguiu expandir o ensino básico para todo seu território, deixando algumas organizações internacionais tomarem conta do ensino básico. “O projeto apoia a educação básica e centraliza a sua promoção em um ensino básico de qualidade, com vistas à redução da pobreza e à constituição de uma base sobre a qual seja possível erguer melhorias econômicas e sociais futuras” (DJALÓ, 2009, p.90). O mesmo projeto, que ajuda o governo da Guiné-Bissau na melhoria de Educação Básica, apresenta alguns objetivos. Depois de dois serviços de avaliação de meio de percurso, no ano 2002, feitas por uma equipe de BM encarregada do projeto, foram realizadas novas recomendações, que são:

- ❖ reprogramação financeira;
- ❖ revisão da agenda do acordo de crédito;
- ❖ criação do comitê gestor do projeto;
- ❖ manual de parceria;
- ❖ plano de aquisição de bens e serviços

Para a implementação destes objetivos, o BM deparou com enorme dificuldade, principalmente em relação aos recursos humanos competentes para a sua execução. Desse modo, o projeto foi interrompido logo nos primeiros anos em 1998 e retomou a sua atividade em 2002 quando da criação de um gabinete de estudo junto a Mistério da Educação. A falta de recursos humanos qualificados é outra grande fragilidade do ensino, já que muitos dos

professores que exercem a profissão não têm qualificação acadêmica para tal (SANHÁ, 2014, p.107).

## **6.2. Ajuda do PAM no programa Cantinas Escolares**

O Programa Alimentar Mundial é a maior agência humanitária mundial, e ajuda pessoas com faltas de alimentos em mais de 80 países do mundo. Este programa está vinculado com a Organização das Nações Unidas, é mantida pelas doações. Seus principais parceiros são as agências da Organização das Nações Unidas (ONU) junto da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), assim como os fundos que vêm através das doações dos governos, a própria ONU e as ONGs parceiras.

PAM foi fundada em 1961, com intenção para começar a sua atividade em 1963, como um projeto experimental de três anos. “Em setembro de 1962 devido ao grande terremoto no Irão, seguido por um furacão na Tailândia e da situação na Argélia, que acabava de se tornar independente, tinha que alojar cinco milhões de retornados, o PAM assumiu a responsabilidade pela ajuda alimentar” (GOMES, 2014, p.61).

O programa tem como o objetivo principal combater a fome, salvar vidas em campos de refugiados e em outras situações emergenciais; melhorar a alimentação e a qualidade de vida dos povos mais vulneráveis em momentos críticos de suas vidas e ajudar no desenvolvimento de recursos próprios e promoção de autossustentabilidade de povos e de comunidades pobres, particularmente com os programas de trabalho intensivo. O PAM ajuda, sobretudo, pessoas incapazes de produzir ou obter alimentos em suficiência para si e para as suas famílias.

A atuação do PAM em Guiné-Bissau deu-se em 1974, um ano depois do país conquistar a sua independência, em condição emergencial, com objetivo de recomeçar a vida dos habitantes nas regiões mais afetadas pela guerra da libertação nacional da Guiné e Cabo-verde, auxiliá-los com alimentos nos programas de trabalho de restauração de lugares e de algumas rodovias, integrando assistência às crianças malnutridas e às mulheres em centros de nutrição e hospitais, a capacitação de mulheres em atividades de geradoras de rendimentos.

A parceria feita entre ao Estado guineense e o Programa Alimentar Mundial (PAM) criou o programa da Estratégia das Cantinas Escolares em todo o território nacional, “[...] estipulando que os produtos que alimentam as escolas sejam adquiridos no país e 30% na localidade da escola “fomento da agricultura familiar”, através da criação de hortas escolares que se transformam num instrumento pedagógico” (SANHÁ, 2014, p.94).

O PAM começou a atuar na educação guineense em 1992, quando o programa Cantinas Escolares iniciou o seu funcionamento e foi financiado pelo próprio PAM no momento em que o país estava num período de paz e não estava em escassez de alimentos de primeira necessidade.

O Programa Alimentar Mundial (PAM) funciona em cooperação diretamente com o Ministério da Educação e comunidades regionais no desenvolvimento do Programa de Cantinas Escolares desde 1992. Segundo Gomes (2014), o programa, atende a 897 instituições escolares do país, que depende do PAM para que seu cumprimento seja feito sem compensação do governo. Cantina escolar apresenta seguintes objetivos:

- i) contribuir para o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo; iii) contribuir para redução da disparidade de género no ensino primário (GOMES, 2014, p.73).

A maioria das crianças frequentam a escola sem comer nada, elas tomam só a refeição dada na cantina da escola. No momento em que as escolas demoram para receber os alimentos, a maior parte delas assistem aulas sem comer, apenas alimentando no retorno para suas casas.

O PAM trabalha com Pré-Escolar e os dois primeiros ciclos do Ensino Básico. Ele fornece alimentos para alunos das escolas públicas, privadas e comunitárias. O programa fornece alimentos a estudantes de escolas públicas e comunitárias, legalizadas no Ministério da Educação. Também cria uma política que incentiva as famílias para deixar as suas filhas irem à escola, esta política funciona de 4<sup>a</sup>, 5<sup>a</sup> e 6<sup>a</sup> classe, porque a maioria das meninas ficavam fora de rede escolar devido algumas questões culturais. A partir do momento que essa política começou a funcionar, vários pais começaram a mandar suas filhas para escola, principalmente nas zonas rurais, onde um maior número de escolas se situam longe das comunidades e dos estudantes.

A respeito disso, Gomes (2014) mostra que o número de inscritos era muito baixa no país, em que a categoria mais reprimida é a camada feminina. estas não foram escolarizadas por motivos culturais, onde se pensava que a escolarização destas corrompia a atitude das crianças, desrespeitando ensinamentos da família e da comunidade e assim fazendo-as afastar do campo.

Através desta iniciativa, a taxa da escolaridade das meninas começou a aumentar. A cada final do mês, as meninas recebiam gêneros alimentícios como óleo, arroz, sardinha, papa e entre outros produtos. Além das meninas, os professores também recebiam os mesmos produtos.

O apoio do PAM ao setor educativo abrangeu inicialmente aos professores no quadro da política de retenção, com ações pontuais com vista a complementar o salário como subsídio de isolamento, nomeadamente: 1) Subsídio em 6 litros de óleo alimentar por trimestre; 2) 100kg de arroz por trimestre; 3) Subsídio de isolamento em moeda local que corresponde 25\$ por mês, durante 9 meses de aulas, o que correspondia 225\$ por ano (GOMES, 2014, p.64).

As refeições oferecidas nas escolas funcionam como uma cadeia de segurança eficaz, não só para evitar a destituição e a fome das crianças, mas também como um mecanismo de mudança que ajuda na permanência das crianças na escola e permite o acesso à educação, saúde e alimentação.

### **6.3. Apoio da FEC na capacitação dos professores**

A Fundação Fé e Cooperação (FEC) é uma organização não-governamental para o progresso, fundada em 1990 pela Igreja Católica em Portugal, numa Conferência Episcopal Portuguesa, Confederação Nacional dos Institutos Religiosos e Federação Nacional dos Institutos Religiosos Femininos, num estreitado diálogo e colaboração com as Igrejas dos países de língua oficial portuguesa (PALOP), cujo o objetivo é de possibilitar o desenvolvimento humano integral a partir da cooperação e caridade entre os indivíduos, comunidades, organizações e Igrejas, inspirados pelo Evangelho e pela Doutrina Social da Igreja Católica. Tem como a visão criar uma nova humanidade onde cada pessoa possa viver com respeito e justiça. Esta organização é sustentada por algumas organizações não-governamentais internacionais.

De acordo com o documento da Cooperação Portuguesa (2008), a política externa de Portugal constitui um dos pilares do governo português e um dos mecanismos primordiais para a sua conexão com o mundo, ela centra-se em três aspetos: (i) a relação preferencial com os países de língua portuguesa, em particular os cinco Países Africanos de língua Oficial Portuguesa (PALOP) e Timor-Leste; (ii) a promoção da língua portuguesa no mundo como comunidade linguística de valor histórico e triunfo na atual era da globalização e, (iii) a promoção da nossa capacidade de interlocução e influência em redes temáticas internacionais, orientando a nossa cooperação bilateral e multilateral no proveito das vantagens existentes em alguns dos centros de decisão internacionais.

Estes objetivos nos mostram os interesses geopolíticos da política externa de Portugal. Ultimamente, Portugal vem assinando vários acordos com os países membros de PALOP, em especial a Guiné-Bissau, nos domínios de língua, bens e serviços.

A limitação de recursos obriga à concentração dos mesmos nas áreas onde as vantagens comparativas portuguesas sejam maiores. Isso verifica-se nos países de língua portuguesa, em termos geográficos, e nos sectores da educação e formação, bem como nas áreas de apoio aos sistemas de administração do estado (COOPERAÇÃO PORTUGUESA, 2008, p.10).

Outro controle importante da interação é a ajuda no setor particular e as economias de mercado nos países parceiros. Portugal quer se afirmar no mercado na economia internacional mediante as suas agências financeiras, Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), com vai da Sociedade Financeira de Desenvolvimento (SOFID), que é um novo agente financeiro, com o objetivo de apoiar o incentivo das economias dos países membros através da intervenção das empresas portuguesas.

Logo nos primeiros anos da independência, o Estado português e o Estado guineense assinaram acordos em diversas áreas. Em 1977, assinaram o Acordo de Cooperação Científica e técnica; em 1978, assinaram o acordo de Cooperação nos domínios do ensino e da Formação Profissional; em 1984, assinaram mais outro acordo sobre o financiamento; em 1990, protocolo de Cooperação na Área das Finanças Públicas; em 1997 acordo especial de Cooperação no Domínio da Administração Interna entre a república Portuguesa e a república da Guiné-Bissau; em 1998 acordo de Cooperação no domínio do ensino Superior (COOPERAÇÃO PORTUGUESA, 2008).

Vale lembrar que Portugal continua a manter a sua relação com a Guiné-Bissau devido a um laço histórico e cultural que os une. Ele é um dos países que apoia mais a Guiné-Bissau em diversos setores públicos e privados, principalmente na educação. Além das instituições escolares mantidas pelo Estado guineense e tuteladas pelo Ministério da Educação, há outros atores privados na educação guineense. Existem escolas de diversas tipologias, além das escolas públicas: as escolas de autogestão públicas em parceria com instituições privadas, as escolas comunitárias promovidas pelas comunidades locais e/ou de ONGs; as escolas privadas *madrassas* de tendências muçulmanas e as escolas privadas pelos entes religiosos ou da iniciativa própria de uma ou duas pessoas.

A atuação da Fundação Fé e Cooperação na Guiné-Bissau começou em 2001, onde desenvolveu o seu primeiro programa ligado ao setor educativo, especialmente no Ensino Básico. De acordo com Sanhá (2014), a educação é o campo prioritário da sua atuação, apesar que estejam a desenvolver atividades em outras áreas como na qualificação institucional e na saúde. Os programas desenvolvidos pela FEC deram a maior ênfase na melhoria do ensino em todo país, mas aprofunda mais no interior/regiões da Guiné, especificamente na formação dos



professores do nível básico, a sua atividade abrange também aos educadores da educação infantil, os professores de ensino secundário, a gestão escolar e, por fim, a capacitação institucional.

A FEC atua na GB desde 2001, em três setores prioritários: educação, capacitação institucional e saúde. Os projetos com maior destaque na área da educação foram: Projeto de Apoio à Educação no Interior da Guiné-Bissau (PAEIGB) (2001-07), + Escola (2007-2009), *Djunta Mon* (2009-2012), PEQPGB (2012-2016). Nas áreas específicas da educação de infância e apoio a crianças em risco, a FEC desenvolveu o projeto Bambaram di Mindjer (2009-2014), o apoio ao bacharelato, depois licenciatura, em Educação de Infância, ministrado pela Universidade Católica desde 2008, e o projeto Bambaram di Mininu (2012-2015) na área de Proteção Social das Crianças, implementado no jardim de infância e orfanato de Bor. Estes projetos apostam essencialmente na formação em cascata de agentes educativos (formadores, professores, educadores de infância); na capacitação institucional de dirigentes de estabelecimentos escolares (jardins de infância e escolas), incentivando a melhoria das capacidades em gestão e administração escolares e também na produção e edição de materiais e recursos técnico-pedagógicos, adaptados à realidade educativa da Guiné-Bissau (CARVALHO, BARRETO E BARROS, 2017, p.28).

A FEC desenvolve as suas atividades mais no interior de país, fazendo parcerias com direções regionais da educação. A maioria das escolas do ensino básico localizadas nas zonas rurais foram criadas pela iniciativa dos agentes privados, como comunidades, missionários católicos, evangélicos e islâmicos. A FEC não deixa de expandir a cultura portuguesa, a sua língua e a fé cristã.

No que se refere à formação dos professores, esta organização se direcionou aos professores da língua portuguesa, matemática, química e física como as disciplinas mais importantes do currículo. “A língua portuguesa teve sempre um lugar de destaque, sendo uma importante componente em todas as atividades, assim como o apoio da Cooperação Portuguesa que esteve sempre presente, e que tem sido uma parceria” (ROPIO, 2017, p.25-26).

O projeto *Djunta Mon* sucedeu o projeto anterior + Escola e teve como objetivo geral melhorar a qualidade do ensino básico nas escolas alvos, focando-se nas áreas da língua portuguesa, da matemática, das ciências integradas, das aptidões pedagógicas e da gestão e administração escolares. Deseja também ampliar a presença do uso da língua portuguesa no dia a dia dos guineenses.

Entre 2009 e 2012, este projeto foi desenvolvido em sete regiões do país, a região de Gabu foi a única região onde ele não foi executado. Segundo Carvalho, Barreto e Barros (2017), foi feita a cooperação com organização não governamental (ONG), governos municipais de Portugal e outros agentes internacionais. Este projeto limita-se na realização de um programa

de capacitação de formadores, de formação em atividade de docentes do 1º ciclo do ensino básico em escolas privadas, comunitárias e em autogestão, e de formação de diretores e inspetores em gestão e administração escolar das mesmas escolas.

Durante todo o projeto, a FEC trabalhou numa lógica de abertura e participação das comunidades locais, tendo em conta as diferenças entre as regiões onde estiveram presentes. Durante os projetos seguintes, é clara a acumulação de conhecimento da realidade do sistema educativo guineense, permitindo à FEC manter uma linha de intervenção constante, melhorando a sua forma de intervir ao longo do tempo, e apresentar resultados positivos (ROPIO, 2017, p.31).

Através deste projeto, a fundação começou alargando os seus objetivos de levar a língua portuguesa para todas as regiões do país e manter a sua hegemonia como a língua oficial da Guiné-Bissau, ajudando os professores, diretores, inspetores das escolas que a FEC apoiam, no sentido de terem a capacidade de gerenciar os recursos doados pela fundação.

No setor da educação infantil, FEC vem auxiliando os professores com a formação inicial da Educação Infantil em cooperação com a Universidade Católica de Bissau. De acordo com Carvalho, Barreto e Barros (2017), esta parceria resume-se no aperfeiçoamento do programa de estudos do 2º, 3º e 4º anos do curso de Educação Infantil, apoio no componente letiva das unidades curriculares de Expressões, formas de ensinamentos de Matemática e Língua Portuguesa; Gestão e Administração Escolar e Práticas Pedagógicas. A FEC fornece os materiais necessários durante a formação, ajuda na locomoção dos seus participantes e no encerramento da capacitação. Os participantes recebem um certificado que provam a participação do curso.

Estes materiais são elaborados em Portugal, nem levam em conta a realidade cultural das regiões onde a FEC atua. Deste modo, a língua portuguesa continua sendo um instrumento de dominação ou da alienação do povo guineense. Portugal quer manter a sua “superioridade cultural” e linguista através deste programa, por isso, ele financia esta organização que tem um dos objetivos de levar a língua portuguesa para mundo, em especial, para os países cuja língua oficial é portuguesa (PALOP) e Timor Leste.

Estado guineense não tem um posicionamento muito rígido perante esta situação, percebe-se que nem dá mínima atenção para o ensinamento da língua crioula da Guiné-Bissau nas escolas, que é língua mais falada em todo território nacional. Ele deixa esta entidade a implementar a sua ideologia nos currículos de formação dos professores, e parece que o governo guineense não se preocupa em ter a língua crioula como língua oficial.

Para além desta ajuda no melhoramento dos planos de ensino para setor da educação infantil, FEC apoia também na construção de novos edifícios escolares, conforme exposto abaixo:

- ❖ Apoio a nível de equipamentos e recursos materiais, tendo sido elaborados e distribuídos materiais pedagógicos, baús pedagógicos e diversos equipamentos;
- ❖ Apoio a nível formativo na dimensão organizacional e pedagógica a diretores de jardins de infância, integrados ou não nas escolas básicas;
- ❖ Construção de 5 jardins-de-infância, nas regiões de Cacheu, Bafatá e Gabu, que permitirão um desenvolvimento integral a pelo menos mais 240 crianças;
- ❖ Apoio ao desenvolvimento de hortas escolares em 8 escolas das regiões de Cacheu e Bafatá

O Estado guineense dá pouca atenção para o setor educativo, isso fez com que ele deixasse as organizações internacionais tomarem conta deste setor. Não se refere apenas à Pré-Escolar, mas a todos os níveis de educação. O campo educacional passou a constituir um campo fértil para as entidades que querem difundir as suas ideologias nas escolas que eles financiam, uma vez que o governo não fiscaliza, rigorosamente, as suas ações.

No entanto, não pode negar a relevância dessas entidades na expansão do ensino para todo o país, considerando o fato da centralização das escolas públicas na capital Bissau e a escassez das instituições escolares nas demais regiões. A grande parte das escolas localizadas no interior do país foram criadas a partir da iniciativa das comunidades/imigrantes, ONG's ou entidades religiosas (missionários). Os jardins de infâncias praticamente não fazem parte da agenda do governo, considerando que maioria deles se encontram em Bissau, capital, nas zonas rurais são privadas.

Conforme argumentou Mangana (2017), os missionários não vão por zonas rurais sem alguns interesses, geralmente eles vão lá com propósito de levar a fé cristã. Como têm a missão de fazer a palavra de Deus chegar nestas zonas, fazem um estudo linguístico local e depois traduzem a bíblia e outros manuais religiosos para línguas destes grupos para facilitá-los mais no processo da evangelização.

As escolas que são apadrinhadas pelas entidades religiosas sempre introduzem a disciplina da Cultura Religiosa como obrigatória nos seus programas escolares e, muitas das vezes, ela é dos principais critérios para a escolha do melhor aluno em cada ano letivo, sendo assim, esta disciplina pode ser considerada como a melhor forma de transmitir os valores

religiosos ou de induzir os valores cristãos para que os alunos possam frequentar a igreja até ao ponto de serem batizados.

## **7. Considerações finais**

As parcerias feitas entre o Estado de Guiné-Bissau e os agentes privados internacionais, no âmbito da educação, têm ajudado bastante para a melhoria do Ensino Básico de qualidade e na campanha da expansão do Ensino Básico para todas as regiões. Segundo Sanhá (2014) as intervenções de algumas ONG's têm um resultado satisfatório, deste modo, a execução da FEC e da Plan Internacional na Guiné-Bissau, referente ao setor educativo, vêm contribuindo de maneira importante no aprimoramento da qualidade de ensino guineense, em especial no nível Pré-Escolar e no Ensino Básico nas regiões da Guiné.

Na maioria das escolas, principalmente nas escolas do interior, um número considerado de estudantes não têm acesso aos livros escolares, . Os professores, também, do mesmo modo, não possuem instrumentos, materiais e equipamentos pedagógicos que lhes possibilitam o desenvolvimento satisfatório no processo de ensino-aprendizagem: “A falta de recursos humanos qualificados é outra das grandes fragilidades do ensino, já que muitos dos professores que exercem a profissão não têm qualificação acadêmica para tal” (SANHÁ, 2014, p.107).

O PAM, assim como outros parceiros que atuam na educação, têm contribuído de maneira positiva para motivar as crianças mais necessitadas a irem à escola, com o intuito de aumentar o fluxo de entrada. Sendo assim, contribui também na redução da desistência dos alunos principalmente os das zonas rurais. Além disso, contribui no aumento de números das meninas na rede escolar e no desenvolvimento da agricultura familiar.

Gomes (2014) mostra que o PAM funciona em colaboração imediata com Ministério da Educação e comunidades locais no progresso de projeto cantina escolar desde 1992. Este mesmo programa auxilia 897 escolas em Guiné-Bissau. Este não é destinado só para as escolas públicas, as privadas e comunitárias também beneficiam dele.

Percebe-se que estas cooperações, no setor educativo, ajudam o país no desenvolvimento de ensino básico. Mesmo com estas parcerias, o país ainda precisa de investir muito nesta área para poder alcançar os objetivos do Desenvolvimento do Milênio. O orçamento para setor educativo deve ultrapassar a barreira de pagar só as dívidas dos professores e seus salários.

## **REFERÊNCIAS:**

BATISTA, Juliana Lye Kozawa. **Papel de Organizações Não-Governamentais no Desenvolvimento Humano: caso da associação amigos da Guiné-Bissau (aagb)**. FLORIANÓPOLIS, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3cq7rvO>. Acesso aos: 05/01/2021.

BENZINHO, Joana e ROSA, Marta. **Guia turístico: à descoberta da Guiné-Bissau**. Gráfica Ediliber. Coimbra, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3lbN3T5>. Acesso aos: 05/02/2021.

CARVALHO, Clara; BARRETO, Maria Antónia; BARROS, Miguel. **Avaliação Externa à Intervenção da Cooperação Portuguesa no Setor da Educação (Pré-escolar, Básico e Secundário) na Guiné-Bissau (2009-2016)**. Relatório Final. Julho de 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3eBzqv5>. Acesso aos: 10/01/2021.

CATEIA, J. V; SILVA, I. C; ROHENKOHL, J. E. A mudança estrutural em Guiné-Bissau. **Rev. Text. Econ., Florianópolis, v. 21 n. 1, p. 97 – 124, dez/mar.** 2018.

COOPERAÇÃO PORTUGUESA. **Programa Indicativo de Cooperação Portugal: Guiné-Bissau (2008-2010)**. Edição Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/2ORljX4>. Acesso aos: 10/01/2021.

DJALÓ, Mamadú. **A interferência do Banco Mundial na Guiné-Bissau: a dimensão da educação básica – 1980-2005**. Florianópolis, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/3eIRvHs>. Acesso aos: 05/01/2020.

FURTADO, A. B. R. **Administração e Gestão da Educação na Guiné-Bissau: Incoerências e Descontinuidades**. Universidade de Aveiro, Departamento de Ciências da Educação. 2005. Disponível em: <https://bit.ly/30BxwD7>. Acesso aos: 20/06/2020.

GOMES, A. F. S. **Políticas educacionais de alfabetização de jovens e adultos na Guiné-Bissau: a presença do método alpha tv**. Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/38yk1I4>. Acesso aos: 05/01/2020.

GOMES, Flaviano. **Organismos Internacionais no Apoio ao Setor Educativo na Guiné-Bissau: O Caso do Programa Alimentar Mundial**. Coimbra, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3crJyDT>. Acesso aos: 05/01/2020.

LOPES, L. L. S. **A lei de bases do sistema educativo da Guiné-Bissau: uma análise do processo de construção política**. Aveiro, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3qKx53h>. Acesso aos: 20/12/2020.

MANGANA, Gregório Adélio. **A INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS “SABERES LOCAIS” A PARTIR DE POLÍTICAS CURRICULARES EM MOÇAMBIQUE: COMUNIDADES EPISTÊMICAS, CONTEXTOS DE INFLUÊNCIA E LUGAR DE INTERMEDIÇÃO**. Recife, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3CeBsL0>. Acesso aos: 05/08/2021.

MORGADO, N’Cak Silva. **A direção e gestão de escolas públicas e privadas na Guiné-Bissau: perspectivas dos diretores**. Lisboa, 2019. Disponível: <https://bit.ly/3leTrJ1>. Acesso aos: 20/12/2020.

REPUBLICA DA GUINE-BISSAU, MINISTERIO DAS FINANÇAS. **PROPOSTA DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA 2021**. Bissau, 2020.

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU. **Lei de Bases do Sistema Educativo**. Bissau, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3lhzBNA>. Acesso aos: 20/12/2020.

ROPIO, M. J. B. **Atores Não-Estatais em Estados Frágeis: o caso da FEC e a Formação de Professores do Ensino Básico na Guiné-Bissau**. Lisboa, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3tbrKDG>. Acesso aos: 20/12/2020.

SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

SANHÁ, Cirilo. **Do Ensino Público ao Ensino de Iniciativa Comunitária: Análise do Desenvolvimento e Impacto das Escolas Comunitárias na Guiné-Bissau e as Intervenções das ONGs FEC & PLAN**. Florianópolis, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3czoQSS>. Acesso aos: 10/10/2021.

SANI, Q. OLIVEIRA, M. R. Educação superior e desenvolvimento na Guiné-Bissau: contribuições, limites e desafios. **Revista Pedagógica, Chapecó**, v.16, n.33, p. 127 - 152, Jul./Dez. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/38ylRbW>. Acesso aos: 02/02/2021.

SANTOS, M. C. R. C. F. A Recolonização da Guiné-Bissau por Meio das Representações Negativas Realizadas pelos Organismos Internacionais de Desenvolvimento de “Estado Frágil” a “Narco-Estado”. **Editora Unijuí • ISSN 2237-6453 • Ano 16 • n. 45 • out./dez. 2019**.

SILVA, A. L. F e PERRUDE, M. R. Atuação do Pedagogo em Espaços Não-Formais: Algumas Reflexões. **REVISTA ELETRÔNICA PRO-DOCÊNCIA/UDEL**. Edição Nº. 4, Vol. 1, jul-dez. 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3rOJsg7>. Acesso aos: 15/02/2021.

SOBRAL, Raquel Rodrigues. **As Escolas Comunitárias na Guiné-Bissau e a Cooperação Portuguesa para o Desenvolvimento**. Lisboa. Setembro 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3crmXaA>. Acesso aos: 20/02/2021.

TCHUDA, Daniel Luis. **As Contribuições da Comunidade Internacional no Ensino Guineense (2000 a 2017)**. São Francisco do Conde, Ba, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3thqlM5>. Acesso aos: 10/01/2021.